

## Editorial

---

No decorrer da história, a cultura assumiu conceitos diversos e, apesar das diferenças interpretativas, sempre esteve relacionada com certo patrimônio de ideias, arte, literatura, conhecimentos, religiosos históricos, filosóficos e científicos. Esse contexto produziu a assim chamada cultura tradicional, dispondo hierarquizações e as categorias culto e inculto, que forneciam critérios para o pensar e o agir. Nosso tempo conheceu uma mudança radical dessa interpretação. Os estudos da área da etnologia e da antropologia, sobretudo, horizontalizaram as culturas e incorporaram todos os elementos do agir de um povo, aquilo que nasce na rua, das festas, das mais espontâneas manifestações. Mas não só isso. As profundas mudanças ocorridas nas formas de vida e na relação com a cultura trouxeram alterações semânticas, implodindo a oposição culto/inculto. Nesse contexto, a concepção particular de cultura trazida pelos Estudos Culturais, focalizando uma rede de práticas e relações vividas no cotidiano, se caracteriza por uma singularidade bastante potente para compreender os processos educativos. Em oposição a uma visão da cultura como a sabedoria que resulta da experiência histórica e acentua as práticas culturais materiais e simbólicas, a ação dos agentes e expande o próprio conceito de cultura. As possibilidades de relações teóricas e de práticas pedagógicas sugeridas pelos Estudos Culturais impulsionam um novo campo na investigação educacional.

A importância de oferecer aos leitores um debate sobre tal tema, foi o *leitmotiv* para a revista *Educação* publicar o Dossiê *Estudos Culturais em educação*, organizado por Maria Lúcia Castagna Wortmann, Marisa Vorraber Costa, Daniela Ripoll e Iara Tatiana Bonin, pesquisadoras que têm papel de destaque na consolidação desta área de pesquisa no Brasil.

Além dos artigos que compõem o referido Dossiê, este número conta ainda com a seção *Outros temas*. Vinculados à questão das políticas públicas há três contribuições. Flávia Obino Corrêa Werle, Carmem Maria Koetz, Tatiane Fátima Kovalski Martins, no artigo *Escola pública e a utilização de indicadores*, analisam os indicadores educacionais e sua aplicabilidade em uma escola pública, indicando a relevância de tais informações para desencadear um processo de reflexividade que possa fazer o enfrentamento das dificuldades de ensino.

Outra contribuição na área de políticas é o artigo *Os gestores escolares e a inserção das escolas na comunidade*, de Leila Maria Ferreira Salles, Luciano Plez de Melo, Joyce Mary Adam de Paula e Silva e Debora Cristina Fonseca, que analisa o modo de inserção de duas escolas na comunidade, a partir da posição dos gestores, concluindo que a representação da comunidade como problema, contribui para um relacionamento escola-comunidade marcado por conflitos e desencontros.

*Educação e pobreza: teoria da justiça como equidade e a política do reconhecimento* é outro artigo no âmbito da política que contribui para inovar o debate sobre educação e pobreza, na medida em que interpreta as contribuições de John Rawls, e a teoria do reconhecimento do filósofo alemão Axel Honneth, apontando “seus possíveis embates, convergências e limites para a discussão sobre escolarização de pessoas pobres”.

A professora Maria Assunção Flores retoma um tema clássico do campo educacional – a formação de professores, no artigo *Formação docente e identidade profissional: tensões e (des)continuidades*. Discute especialmente o papel da prática na formação da identidade profissional, bem como a rede de relações entre crenças, motivações e perspectivas futuras a respeito da profissão docente.

Claudio Dalbosco traz uma interpretação inovadora de Rousseau no artigo *Ambiguidade do amor-próprio e formação virtuosa da vontade*, retomando a questão filosófica sobre “quem é o ser humano?” Expõe as relações entre a condição humana e o conhecido conceito rousseuiano de amor-próprio, investigando a posição *standard* de Iring Fetscher e a recente interpretação de

Frederick Neuhouser, que acentua o caráter construtivo do amor-próprio para apontar as repercussões educacionais de tais enfoques e seu significado para a formação moral.

Por fim, temos a *Entrevista com François Dubet – Estigmas e discriminações: a experiência individual como objeto*, na qual o experiente sociólogo francês e autor de diversos trabalhos aborda questões educacionais e sociais importantes como justiça social, discriminação, estigmatização, sociologia da experiência.

O caminho da leitura é o desejo daqueles que publicam seus trabalhos e é sempre profícuo à formação, seja para criticar, acrescentar, discordar... A todos, uma boa leitura.

NADJA HERMANN